

Prefeitura Municipal de Alta Floresta - MT

ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ 15.023.906/0001-07

Materia Legislativa - 2393/2026
Tipo: PL - Projeto de Lei Executivo
Data: 27 de Janeiro de 2026
Ementa: ALTERA DISPOSITIVOS DA
LEI MUNICIPAL N.
2.789, DE 13 DE MARÇO DE 2023,
REVOGA A LEI
MUNICIPAL N.º 2.852/2023, DE 06 DE

PROJETO DE LEI Nº 2393/2026

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA
Aprovado em 13 discussão e votação
na Sessão ORDINÁRIA

de 13 MAR 2026

Assinatura do(a) Vereador(a)

SÚMULA: ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL Nº 2.789, DE 13 DE MARÇO DE 2023, REVOGA A LEI MUNICIPAL Nº 2.852/2023, DE 06 DE SETEMBRO DE 2023, PARA EXTINGUIR O PRAZO LIMITE DE MIGRAÇÃO PARA O REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Lido em 02 FEV 2026

Responsável

AUTORIA: Executivo Municipal

A CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, aprovou e eu, **VALDEMAR GAMBA**, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei,

Art. 1.º- Fica alterado o art. 1.º da lei 2.789/2023, passando o mesmo a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1.º- Os servidores municipais (Administração Municipal Direta e Indireta) poderão optar pela migração ao regime de previdência complementar a **qualquer tempo**, devendo a opção ser formalizada através do preenchimento de documento específico, conforme modelo constante do **ANEXO I** desta Lei, com o protocolo no Departamento de Recursos Humanos do Órgão de Lotação".

§ 1º O exercício da opção de que trata o caput deste artigo é irrevogável e irretratável.

Art. 2.º- Fica alterado o Art. 2º da Lei Municipal n.º 2.789/2023 passa a vigorar com a seguinte redação.

"Art. 2º A opção pela migração deverá ser realizada por meio de protocolo físico, no respectivo Departamento de Recursos Humanos, nos termos do disposto no § 2º do art. 1º desta Lei".

Art. 3.º- Fica revogada integralmente a Municipal nº 2.852/2023, de 06 de setembro de 2023.

Art. 4.º- Os demais dispositivos da Lei Municipal n.º 2.789/2023 permanecerão em vigor.

Art. 5.º- Fica autorizada à reedição da Lei Municipal n.º 2.789/2023, com as alterações da presente Lei.

Art. 6.º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Prefeitura Municipal de Alta Floresta - MT

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 15.023.906/0001-07

Materia Legislativa - 2393/2026

Tipo: PL - Projeto de Lei Executivo

Data: 27 de Janeiro de 2026

Ementa: ALTERA DISPOSITIVOS DA
LEI MUNICIPAL N.

2.789, DE 13 DE MARÇO DE 2023,

REVOGAA LEI

MUNICIPAL N. 2.352/2022, DE 22 DE

Art. 7.º- Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Alta Floresta-MT, em 23 de janeiro de 2026.

VALDEMAR GAMBA

Prefeito Municipal

Lido em 02 FEV 2026
[Assinatura]
Responsável

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA
Aprovado em un discussão e votação
na Sessão ORDINARIA de 1,3 MAR 2026

[Assinatura]
Mesa Diretora L



Prefeitura Municipal de Alta Floresta - MT

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 15.023.906/0001-07

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA
Aprovado em discussão e votação
na Sessão ORDINÁRIA de 3, MAR 2026
Mesa Diretora

Materia Legislativa - 2393/2026
Tipo: PL - Projeto de Lei Executivo
Data: 27 de Janeiro de 2026
Ementa: ALTERA DISPOSITIVOS DA
LEI MUNICIPAL N.
2.789, DE 13 DE MARÇO DE 2023,
REVOGA A LEI
MUNICIPAL N. 2.789/2023, DE 13 DE

Apraz-nos encaminhar a Vossas Excelências para exame e indispensável aprovação o incluso **Projeto de Lei nº 2393/2026**, e que tem por súmula: **“ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI 2.789/2023 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**.

O presente Projeto de Lei tem por objetivo extinguir o prazo para que os servidores ora vinculados a outras regras previdenciárias, nos termos do art. 40, § 16, da Constituição Federal e do art. 5º da Lei nº 2.669, de 20 de outubro de 2021, faça opção de migração para o Regime de Previdência Complementar do Município de Alta Floresta

A legislação atual, com a redação dada pela Lei nº 2.852/2023, estabelece um prazo de 01 (um) ano para que o servidor exerça seu direito de opção. No entanto, a migração de regime previdenciário é uma decisão de grande impacto na vida funcional e financeira do servidor, exigindo análise cautelosa e individualizada.

Ao remover o prazo estipulado e permitir a migração **a qualquer tempo**, a Administração Pública garante que o servidor não seja prejudicado por falta de tempo hábil para análise ou por perda de prazos, assegurando o direito de planejar sua aposentadoria com maior segurança jurídica e tranquilidade.

A alteração proposta no Art. 2º visa apenas adequar o texto legal, removendo a expressão "dentro do prazo estabelecido", uma vez que o prazo deixará de existir.

Diante do exposto, encaminhamos o presente projeto de lei à essa Egrégia Casa Legislativa, e solicitamos aos Nobres Edis, que a matéria ora encaminhada, seja apreciada, para que se obtenha deliberação favorável em sua íntegra, em **REGIME DE URGENCIA ESPECIAL**.

Reiteramos a Vossas Excelências a nossa expressão de grande estima e distinta consideração.

Prefeitura Municipal de Alta Floresta-MT, em 23 de janeiro de 2026.

VALDEMAR GAMBA
Prefeito Municipal

Lido em 02 FEV 2026
[Assinatura]
Responsável



Prefeitura Municipal de Alta Floresta - MT

ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ 15.023.906/0001-07

Materia Legislativa - 2393/2026
Tipo: PL - Projeto de Lei Executivo
Data: 27 de Janeiro de 2026
Ementa: ALTERA DISPOSITIVOS DA
LEI MUNICIPAL N.
2.789, DE 13 DE MARÇO DE 2023,
REVOGA A LEI
MUNICIPAL N. 2.852/2022, DE 20 DE

ANEXO I DECLARAÇÃO OPÇÃO MIGRAÇÃO REGIME PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Eu, **XXXXXXXXXXXXXXXX**, RG: **XXXXXXXXXX**, CPF: **XXXXXXXXXXXXXX**, Matrícula: **XXXXXX**, Cargo, **XXXXXXXXXX**, lotado Secretaria de **XXXXXXXXXXXX**, Servidor público municipal desde **XXXXXX**, DECLARO que OPTO, livre e espontaneamente, pela migração do atual regime previdenciário ao qual me encontro inserido para o novo Regime de Previdência Complementar – RPC – nos termos da Lei Complementar nº 2.669 de 20 de outubro de 2021, passando a contribuir para o IPREAF, até o valor do teto do RGPS.

DECLARO ainda que estou ciente que tal opção é irretratável e irrevogável, estando ciente de que, a partir da assinatura da presente, os benefícios previdenciários aos quais venha a ter direito estarão limitados ao teto do RGPS, bem como eventuais contribuições que tenham tido base de cálculo acima de tal teto não serão objeto de ressarcimento.

Ainda declaro estar ciente que é facultativo a adesão ao plano previdenciário complementar administrado pela **Fundação Banrisul de Seguridade Social – FBSS**, o qual poderei solicitar por meio de requerimento próprio.

Por ser verdade, firmo o presente.

Lido em 02 FEV 2026

Responsável

Alta Floresta-MT. _____

Nome:

CPF:

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA
Aprovado em 11 discussão e votação
na Sessão ORDINÁRIA
de 13 MAR 2026

Assinatura
Pelo(a) Diretor(a)